

**A HISTÓRIA MILITAR COMO TEMA: OS CONTRIBUTOS  
HISTORIOGRÁFICOS DE CRISTÓVÃO AYRES (1851-1930), DA  
REVISTA DE HISTÓRIA (1912-28) E DE FIDELINO DE  
FIGUEIREDO (1888-1967)<sup>1</sup>**

**MILITARY HISTORY AS SUBJECT: THE HISTORIOGRAFIC  
CONTRIBUTIONS OF CRISTÓVAO AYRES (1851-1930), THE  
REVISTA DE HISTÓRIA (1912-28) AND FIDELINO DE  
FIGUEIREDO (1888-1967)**

*Nuno Bessa Moreira. Universidade do Porto, Portugal.*

*E-mail: knunoclio@gmail.com*

---

**Resumo:** Entre finais do século XIX e a Ditadura Militar (e durante o Estado Novo), a História Militar era *tradicional*. Todavia, a partir do último quartel do século XIX evidenciou-se uma tentativa de certificação proto-científica. Cristóvão Ayres e Fidelino de Figueiredo, dois dos fundadores da *Sociedade Nacional de História*, dedicaram-se a temáticas militares. O primeiro escreveu diversas obras sobre este assunto, o segundo apenas trabalhou estas matérias de modo episódico, alinhando por um escrito testemunhal, intitulado *O Pensamento Político do Exército*, publicado em 1926. Tenta-se analisar este opúsculo, comparando-o com trabalhos de Cristóvão Ayres e artigos da *Revista de História*.

**Palavras-Chave:** História Militar; Cristóvão Ayres; Fidelino de Figueiredo, *Revista de História*

**Abstract:** Military History as topic: the contributions of Cristóvão Ayres (1851-1930), the *Revista de História* (1912-28) and Fidelino de Figueiredo

---

<sup>1</sup> Recibido: 30/04/2014 Aceptado: 25/05/2014 Publicado: 15/06/2014

(1888-1967). Between the end of the Nineteenth Century and the National Dictatorship (even during the Estado Novo), the Military History was a traditional one. However, we can observe a proto-scientific attempt from the last quarter of the Nineteenth Century on. Cristóvão Ayres and Fidelino de Figueiredo, both *Sociedade Nacional de História's* founders, devote themselves to military topics. The first one wrote some works on this issue, the second one worked these questions only in an episodic way, opting for a testimonial writing entitled *O Pensamento Político do Exército*, published in 1926. The aim is to analyze this tract in a comparative way with works by Cristóvão Ayres and articles from the *Revista de História*.

**Keywords:** Military History, Cristóvão Ayres, Fidelino de Figueiredo, *Revista de História*

---

## 1. HISTORIOGRAFIA MILITAR SOB O PRISMA DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

A história da historiografia encontra-se a viver um momento relativamente favorável em Portugal. Neste momento, a discussão do seu estatuto não terá lugar ou guarida, mas constitui matéria instigante, de modo a tentar perceber se este domínio constitui um campo de estudos independente da história, ou se afirma uma autonomia no interior da ciência de *Clio*. Defendemos esta segunda perspectiva, dado que, em nosso entender, estamos perante um âmbito disciplinar e não apenas sub-disciplinar, mas não alinhamos pela perspectiva *maximalista* que desliga a História da Historiografia da História<sup>2</sup>.

Inscrevemos o nosso labor numa vertente sociológica propugnada, de modo pioneiro por Charles-Olivier Carbonell<sup>3</sup>. Todavia, não dispensamos o valor e a importância de uma perspectiva que incorpore as manifestações do senso comum, as características e os efeitos da *sociedade de massas*, mormente dos *mass media*, sem esquecer as ritualizações da memória histórica.

Em nosso entender, a historiografia militar pode repercutir parcialmente a

---

<sup>2</sup> MOREIRA, Nuno (2012): *A Revista de História: uma proposta de análise histórico-histórica*, volume 1, Porto, Faculdade de Letras do Porto, p. 17. [Dissertação de Doutoramento em História].

<sup>3</sup> CARBONELL, Charles- Olivier: "Pour une Histoire de l'Historiographie". Em *Storia della Storiografia*, Vol.1, número 1 (1981), pp.7-25.

historiografia geral, replicando algumas das suas características. Todavia, possui especificidades que passam pela consideração do estatuto profissional de quem se lhe dedica, pela consagração de matérias, que não se extinguem em temáticas como a da Guerra, comportando, igualmente, a prosopografia dos vários corpos militares, a descrição e análise dos dispositivos e da arquitectura militares, cruzando a historicidade da cultura material com os usos que se lhe encontrem associados.

Os acontecimentos de cariz militar ocorridos em diferentes épocas históricas não nos interessam em si mesmos, autónoma e independentemente, nas suas especificidades e particularidades. A respectiva consideração depende do modo como foram tratados pelos cultores e historiadores que os trabalharam, de forma amadora ou profissional. Partilhamos, parcialmente, o enfoque do historiador brasileiro Arno Wehling. O seu aviso prévio pode aplicar-se, em larga medida, à nossa investigação: “Atente-se que referimo-nos não á natureza de fenómenos de natureza militar no processo histórico, mas à presença de algum tipo de consciência reflexiva sobre o tema em determinada cultura. (...). O que variou historicamente foi o significado atribuído aos fenómenos militares nas diferentes culturas, variação ocorrida em função das especificidades, inclusive os valores de cada uma”<sup>4</sup>.

A historiografia militar possui uma história de vários séculos que convém ter presente sumariamente, salvaguardando que qualquer época não deve ser estudada como se tratasse de um bloco homogéneo e único. Tentaremos ter em conta o quadro prevalente na Historiografia militar ocidental, em geral, até finais do século XIX e princípios do seguinte, sintetizado por Severiano Teixeira: “Da Grécia Clássica aos primórdios do século XX, o facto militar ocupou sempre um lugar central na Historiografia ocidental. Não é, certamente, por acaso que um dos textos fundadores da História é a História de uma guerra; a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides (...). Era o paradigma da História *événementielle*, como ficou conhecida (...)”<sup>5</sup>.

Parece incontestável que a Historiografia militar de inspiração oitocentista percorreu diversos caminhos, da narrativa de acontecimentos de natureza bélica até influência de Ranke e à crítica metódica incipiente, passando pelo ideal *positivista*, de Comte e Littré.

O Estado Português existe desde o século XII. Talvez se encontre aí parte da

---

<sup>4</sup> WEHLING, Arno: “A pesquisa da história militar brasileira: apreciação metodológica”. Em: *Da cultura*, Volume I, n.º1 (2001), p. 35.

<sup>5</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano e BARATA Manuel Themudo: “Introdução geral”. Em: Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata (coord), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 11.

explicação para a reduzida expressão do comemoracionismo na *Revista de História*, pelo menos de modo explícito. A perspectiva positivista, no sentido comteano do termo, por seu turno, prima pela ausência no periódico, mas também na historiografia militar de Cristóvão Ayres, que o precede e acompanha, ou no testemunho pessoal, de pendor subjectivo, de Fidelino de Figueiredo que se lhe segue e será objecto da nossa análise. Nenhum destes autores tratou a historiografia militar como prefiguração do espírito que viria a estar subjacente aos *Annales*.

A nossa abordagem procurará comparar práticas e discursos historiográficos – inseridos, grosso modo, nos momentos finais de Oitocentos, no primeiro quartel do século XX e no dealbar do seguinte –, semelhantes em alguns aspectos, diferentes noutros.

## 2. A HISTORIOGRAFIA MILITAR DE CRISTÓVÃO AYRES: ENTRE O IDEAL ROMÂNTICO E A PROCURA DA CIENTIFICIDADE<sup>6</sup>

Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda nasceu em Goa a 27 de Março e faleceu a 10 de Junho de 1930, sendo à data da morte coronel de cavalaria reformado. Assentou praça enquanto voluntário no Batalhão de Caçadores 5, em Novembro de 1872, sendo promovido, volvidos cerca quatro anos, a alferes graduado, a tenente em 1884, a capitão em 1890, a Major em 1901, a Tenente-Coronel em 1908, a coronel em 1911. Passou à reserva dois anos depois<sup>7</sup>.

Cristóvão Ayres declarou o seu amor à Índia e a Portugal, conforme se confirma no excerto que se segue, mas o que pretendemos ressaltar das suas palavras: “Índio de nascimento, quero à Índia como berço meu amado; português pelo sangue uso o apelido de um dos heróis da grande epopeia da nossa raça”<sup>8</sup>. Como era comum entre as personalidades da sua época, Cristóvão Ayres não circunscreveu a sua actividade à carreira militar. A experiência nela adquirida pode ter contribuído para despertar interesse por questões militares, às quais se dedicou enquanto cultor *amador* de *Clio*. O vocábulo *amador* parece resultar na sua polissemia qualificando uma experiência na

---

<sup>6</sup> Todas as transcrições que impliquem textos de finais do século XIX, ou da primeira metade do seguinte, respeitarão a grafia original. Este procedimento repete-se nos andamentos deste artigo que se seguem. O estudo sobre Cristóvão Ayres foi realizado especificamente para este artigo

<sup>7</sup> GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, “Ayres, Cristóvão”, Lisboa, Volume 1, (1998), Página Editora, pp.685-686. Acerca da biografia do autor, Cfr: AMZALAK, Moisés (1953): *Cristóvão Ayres, o homem e a sua vida*, Lisboa, s.n.; BOTELHO, Teixeira (1953): *Cristóvão Ayres*, Lisboa, s.n. .

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 685.

plenitude.

Todavia, em paralelo com a sua carreira militar, Cristóvão Ayres revelou-se um escritor humanista, dada a pluralidade dos seus interesses, versando géneros literários diversos. Entre 1870 e 1875 escreveu um livro de poemas, *Indianas e Portuguesas*, dado à estampa em 1879 e republicado em 1881, sempre no Porto. Entre 1875 e 1880, a sua expressão lírica teve continuidade, através da obra *Novos Horizontes*, saída dois anos mais tarde. Também se expressou por intermédio da produção de contos, primeiro no trabalho intitulado *Lantejoulas* (1890) e depois no volume *Longínquas* (fantasias orientais)<sup>9</sup>.

Em alguns destes títulos existem referências às origens do autor. No ano seguinte debruçou-se sobre um general inglês que foi chamado a Lisboa como conselheiro, ainda no decurso da Guerra da Restauração. Trata-se de *O conde de Schonberg. Estudo histórico baseado sobre alguns documentos inéditos*, trabalho no qual Cristóvão Ayres sublinhou a relevância dos documentos escritos nas práticas historiográficas, ressaltando a relevância das fontes enquanto elementos de prova e o respectivo ineditismo como critério fundamental do esforço intelectual efectuado. Em 1893, o cultor de história militar revelou interesses mais específicos, menos relacionados com a História política de Portugal, situados no âmbito de uma das armas do exército à qual pertencia, concluindo o *Esbôço histórico do regimento de Cavalaria número 7*. No entanto, esta investigação fora precedida por outra acerca do mesmo assunto mas não circunscrita a um regimento em particular, começada em 1880 e terminada em 1894, intitulada *História da Cavalaria em Portugal*. Estes dois estudos, portadores de escalas e ambições distintas, demonstram que o autor prezava a complementaridade entre duas operações cognitivas: a análise e a síntese, sendo a primeira a base e o sustentáculo da segunda. Em 1897, Cristóvão Ayres publicou a primeira edição da *Teoria da Civilização Militar*, na qual o ideal romântico de teor humanista se transmutou num esforço que se pretendia teórico, enveredando efectivamente pela consideração preferencial de uma concepção da guerra como um instinto animal e humano, absolutamente necessário e indispensável, encarado enquanto condição inelutável da humanidade. No entanto, ao debruçar-se sobre a matéria em apreço, munuiu-se da opinião de peritos da época: Gumplowicz, Moltke, Ruskin<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Ayres, Cristóvão (1916): *Teoria da Civilização Militar*, 4ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, pp.2-4.

Cristóvão Ayres enumera outros autores em favor da Guerra como instinto de sobrevivência, considerando inevitável a destruição e construindo a sua própria definição do fenómeno: “Chamem-lhe, embora, uma “epidemia traumática”, como Piragoff; o “jogo da força ou do azar”, como Guizot, ou “uma lei da violência e da destruição”, como de Maistre, a guerra é uma lei imutável e um fenómeno irredutível, como a morte e a vida, como a luz e o calor, como o tremor de terra e a trovoada”<sup>11</sup>.

Esta analogia com a natureza ajuda a inscrever, do nosso ponto de vista, a perspectiva de Cristóvão Ayres num evolucionismo, centrado no *Struggle for life* e na doutrina da selecção natural, alicerçada na sobrevivência dos mais fortes: “Que a luta é uma condição essencial da existência, é um facto incontestável. Manifestou-se desde o primeiro momento em que, arrefecida a primitiva temperatura do glôbo, pôde a vida nascer, dando começo à ingente batalha (...)”<sup>12</sup>.

Não é pois de estranhar que esta trajetória ideológica e historiográfica de Cristóvão Ayres tenha influenciado o interesse manifestado pela *História Orgânica e Política do Exército Português*. O primeiro volume das provas foi dado à estampa em Lisboa, pela Imprensa Nacional, no ano durante o qual Cristóvão Ayres foi promovido a Major, em 1902.

Quando concluiu este volume, o autor era sócio efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição na qual apresentara *A evolução orgânica do exército, servindo de exórdio à História do Exército Português*. Nota-se a longa gestação e a maturação das reflexões em torno da referida *História*, razão pela qual convém analisar a dedicatória a Vitoriano César e o prefácio presentes na edição de 1902: “Tendo eu posto à sua disposição, ainda em folhas soltas e por completar este volume, que abre a serie de documentos com que pretendo contribuir para a confirmação, nuns pontos, a ratificação noutros, da nossa história militar e política, a qual nem sempre tem sido escrita sobre fontes seguras, vi com prazer no ultimo número da *Revista do Exército e da Armada*, que este meu trabalho lhe servira para esclarecer factos e sustentar princípios, incontestáveis à luz de documentos”<sup>13</sup>.

Cristóvão Ayres salienta relevância dos arquivos e o menosprezo de que têm sido alvo no seu tempo, destacando o manancial presente na Torre do Tombo, maioritariamente inexplorado e muito rico no que tange à história militar. Eis a missão

---

<sup>11</sup> Ibidem p.3.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 9

<sup>13</sup> AYRES, Cristóvão (1902): *História Orgânica e Política do Exército Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, p.7.

de que se investe o cultor de *Clio* que, para colmatar lacunas e suprir insuficiências, necessita de conhecer as potencialidades das instituições ao nível do património documental, demonstrando em seguida esse conhecimento, de modo a constituir-se como autoridade no domínio de estudos em questão, ainda que esta construção de uma identidade com prestígio no meio seja urdida de modo discreto: “Apesar de serem riquíssimos os nossos arquivos, e a Torre do representar um thesouro de instimavel preço, raramente se tem aproveitado os seus mananciaes (...)”<sup>14</sup>. Existe aqui uma atmosfera mais próxima, na nossa perspectiva, de Ranke do que de Monod., ainda que nenhum dos dois tenha sido referido por Cristóvão Ayres.

Do ponto de vista de conteúdos, verifica-se a vontade de acrescentar caminhos à história político-militar, enveredando o autor por uma história institucional e investigando um outro âmbito menos frequente, a Engenharia Militar. O trabalho efectuado, ao nível metodológico, visa a certificação científica; todavia, insinua-se na descrição do empreendimento uma atmosfera entre a *austeridade monástica* e o rigor documental, sendo que na prática historiográfica parece destacar-se este último. Torna-se curioso verificar que Cristóvão Ayres desenvolve autonomamente a recolha de *Provas* e a sua *História*, de modo a ressaltar a procura de um ideal de imparcialidade, alicerçado na objectividade e na estratégia de *deixar falar os documentos*, sem interferências interpretativas, proclamando auto-suficiência daqueles e encarando o trabalho do historiador como o de alguém que selecciona e ordena as provas numa narrativa: “A serie de volumes das *Provas* será independente da serie que constituirá o corpo da minha *História* (...)”<sup>15</sup>.

Cristóvão Ayres empreende, na carta/dedicatória em análise, a evocação de mestres e predecessores, inserindo-se numa linhagem e outorgando-se o direito de servir de exemplo a colegas seus, ainda que o não declare exactamente nestes termos: “Como prova da satisfação que me deu o ver que não me enganava supondo que estas publicações poderiam servir de algum proveito a estudiosos camaradas meus, quis consagrar-lhe, meu estimado amigo, [Victoriano José César] este volume, fazendo votos para que o seu exemplo frutifique. (...) A única historia hoje admissivel é a historia documentada; deu d`isso admirável exemplo Alexandre Herculano, que não só fundou sobre documentos, muitos dos quais lhe legara publicados o “nosso mestre comum”, como elle lhe chama, João Pedro Ribeiro, nas *Dissertações Chronologicas*, mas deixou

---

<sup>14</sup> Ibidem, p.7.

<sup>15</sup> Ibidem, p.7.

erguido esse perdurável monumento, infelizmente parado em meio, as *Portugaliae Monumenta*. Outro escriptor primaz (...) é o senhor Gama Barros, na sua monumental *Historia da Administração* (...)”<sup>16</sup>. João Pedro Ribeiro, Alexandre Herculano, Gama Barros são praticantes de uma historiografia erudita, em nossos entender assente no rigor documental, baseada na diplomática, no primeiro caso, num romantismo crítico, científico e nacionalista, no segundo, minuciosa e descritiva no terceiro.

No prefácio à *História Orgânica e Política do Exército Português* assoma um *patrimonialismo*, a nosso ver de cariz custodial, muito comum à época: “Nenhum paiz é mais rico de tradições do que Portugal (...); em nenhum outro se acumularam em tão pequeno espaço as riquezas e os produtos de tantas epochas distinctas e variadas da historia (...). Mas a verdade é que em todas as manifestações da nossa actividade nacional temos mostrado que sabemos construir (...) mas que somos incapazes de conservar dignamente a nossa obra (...)”<sup>17</sup>.

A denúncia da alegada incúria dos poderes públicos faz-se acompanhar da enumeração de documentos que sofrem os efeitos dessa ausência de respeito pelo património. No entanto, por vezes, o autor alinha por um discurso arrebatado, bem diverso do exposto, no qual incorre numa postura mais radical. Veja-se a culpabilização dos Jesuítas a que procede, responsabilizando-os pela degradação do património, recorrendo para tal a generalizações, eximindo-se a matizar e relativizar a sua posição, a esse respeito dogmática: “O que o jesuitismo fazia no oriente com a sua esquadria prosaica e a sua intransigência estreita, realisava-o também no reino, arrasando, destruindo, accomodando tudo às necessidades das diversas seitas e religiões pimpantes”<sup>18</sup>.

No segundo andamento do prefácio em consideração, Cristóvão Ayres demonstra o carácter imprescindível dos documentos escritos. Depois de voltar a elogiar a importância do espólio da Torre do Tombo para a história militar, incorre numa nota pessoal, na qual reconhece o atraso da historiografia portuguesa nesta área e o carácter gigantesco da empresa a realizar para fazer face a esta situação: “Num paciente labor de muitos anos, tenho conseguido tomar nota do que mais interessante e valioso para a historia militar portugueza contém alguns dos principais archivos de Lisboa, de Evora, de Coimbra (...)”<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Idem, pp.7-8.

<sup>17</sup> Ibidem, p.9.

<sup>18</sup> Ibidem, p.18.

<sup>19</sup> Ibidem, p.27.

Num terceiro momento, o cultor de Clio descreve, em pormenor, os documentos do Arquivo Geral do Ministério da Guerra, destacando a importância do seu espólio para a história e historiografia militares. No prefácio da *História do Exército*, Cristóvão Ayres define as prioridades metodológicas que depois cumpre genericamente. Defende o primado do documento e da sua crítica, mais na linha de Ranke do que de Monod ou da Escola Metódica Francesa. Do ponto de vista estritamente metodológico, a *História do Exército* afasta-se de qualquer ideal e é praticada de modo objectivo.

Em 1905, na sessão de 9 de Maio, o historiador militar parece ceder o seu lugar a um estudioso da História da Literatura e da Cultura. No entanto, do nosso ponto de vista, essa cedência resulta apenas parcial, dado que nos parece mais exacto apontar para uma conciliação entre âmbitos distintos sem abdicar da temática militar. A alocução proferida recebeu um título sugestivo: *O ideal de Don Quixote* e inscreveu-se na sessão comemorativa dos 500 anos de publicação do *D. Quixote* de Cervantes<sup>20</sup>.

Numa espécie de prólogo, não designado enquanto tal, Cristóvão Ayres aponta o génio nacional e o carácter universal da obra em causa, sublinhando uma categoria conceptual muito cara à historiografia literária romântica: o *topos* da genialidade e da excepcionalidade: “Justo era que entre nós tivessem echo as glorificações ao *Don Quixote*, porque essa obra monumental de um hespanhol, conquanto talhada nos mais característicos moldes do génio nacional, é das que passam as fronteiras do paiz (...)”. Cristóvão Ayres lê, em nosso entender, a obra em questão deste modo, mas não se exime a, no seu tempo, servir-se do exemplo do ideal em questão para defender outro, o da liberdade, sendo de sublinhar o apreço pelo espírito subjacente à Revolução Francesa: “(...) as reivindicações luminosas da Revolução Franceza e as conquistas do ideal socialista sobre a propria acção dos Estados, não são mais do que formas e momentos diversos da eterna aspiração á Liberdade, a ineluctavel , a irredutível , a luminosa condição da consciência !”<sup>21</sup>.

As questões literárias e formais inerentes à Obra de Cervantes – das lexicais às sintácticas, passando pelas semânticas e outras – não interessavam a Cristóvão Ayres. O autor prefere a consideração e evolução do ideal de D. Quixote e suas repercussões na vida da sociedade, sem se furtar a analisar a natureza da obra em questão, expressando

---

<sup>20</sup> Sobre a recepção de Cervantes no Portugal de Oitocentos, Cfr. ABREU, Maria Fernanda (1994): *Cervantes no Romantismo Português Cavaleiros andantes, manuscritos encontrados e gargalhadas moralíssimas*, Lisboa, Editorial Estampa.

<sup>21</sup> AYRES, Cristóvão (1905): *O Ideal de D. Quixote*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, p.6.

os seus pontos de vista: “Não é o livro de um pessimista, de um sceptico; não é a obra de um iconoclasta; é, pelo contrário uma lição, uma advertência, um sacudir violento de folhas mortas, para que as novas frondes rebentem e verdejem iluminadas de sol!”<sup>22</sup>.

Na *Revista de História*, o *ideal de cavalaria* também está presente, de modo claramente minoritário. Curioso é verificar que Cristóvão Ayres não escreveu nesta publicação, a cuja génese esteve indirectamente associado, dado que ajudou a fundar, em 1911, a instituição que a criou, denominada *Sociedade Nacional de História*.

### 3. O PREDOMÍNIO DE UMA HISTORIOGRAFIA MILITAR TRADICIONAL NA REVISTA DE HISTÓRIA<sup>23</sup>

A história militar patente no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo é certamente tributária das metodologias historiográficas então dominantes, sofrendo a contaminação de outras áreas do saber nesta matéria, nomeadamente da História Política.

No periódico em análise, a história-batalha divide protagonismo com a crítica erudita, baseada na historiografia política: “Nesse modelo historiográfico, em que se associam frequentemente as influência de Ranke e Clausewitz, a Historiografia militar produzia-se em obras próprias ou em temas inseridos na Historiografia política, segundo o padrão interpretativo do historicismo (...). Os temas militares subordinavam-se a dois tipos de inserção nessa Historiografia: a da “História-batalha” *tout court* (...)”<sup>24</sup>.

O número de artigos dedicados à História Militar no órgão informativo da Sociedade Nacional de História/ Sociedade Nacional de Estudos Históricos é relativamente escasso. No âmbito da História Militar, a publicação portuguesa dedicada a *Clio* exime-se a assumir uma antecipação qualitativa de uma *nova* História Militar, sendo ainda muito tributária dos discursos historiográficos oitocentistas. A influência da Historiografia Militar interpretativa e compreensiva, de inspiração weberiana, está ausente, assim como trabalhos assentes na análise das dinâmicas internas das instituições militares.

Este cenário ficaria enriquecido se fosse promovida a comparação da temática militar na *Revista de História* com o tratamento dessa matéria em outras publicações coevas na

---

<sup>22</sup> Ibidem, p.29.

<sup>23</sup> Este *andamento* reproduz uma parte da nossa dissertação doutral, sintetizando-a. Cfr: MOREIRA, Nuno (2012., op. cit. pp.485-507.

<sup>24</sup> WEHLING Arno, op.cit. p. 38.

esfera específica de Clio. Existem poucos estudos com este cariz, ganhando as escassas excepções uma relevância acrescida, devida ao seu pioneirismo. Entre elas, conta-se o breve apontamento de Manuel Filipe Canaveira sobre o *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, segundo o qual: “Embora numerosos estudos publicados no Boletim do Arquivo Histórico Militar (...) revelem uma concepção positivista algo ultrapassada e o pendor casuístico de alguns deles denuncie a inexperiência (...). Em suma, O Boletim do Arquivo Histórico Militar possui um considerável repositório de dados, que merecem ser repensados e articulados entre si (...)”<sup>25</sup>.

Os três primeiros estudos sobre história militar publicados na *Revista de História* possuem todos um denominador comum: o seu autor é Pedro de Azevedo. O trabalho inaugural, dado à estampa em 1912, versa sobre o capitão do exército Amadeu Nogueira que, em 1552, foi contratado por Cosme de Médicis para serviço de armas na Guerra contra Siena. Todavia, na estrutura da sua argumentação, o colaborador da *Revista de História* não começa a sua investida intelectual pelo âmagô temático referido. Faz, alternativamente, preceder essa referência de um introito, no qual alinha por uma observação genérica.

No entanto, o objectivo de Pedro de Azevedo é criticar o carácter alegadamente pernicioso da *Reforma* para Portugal, que até então detinha apreciável desenvolvimento técnico e científico. Confirme-se o diagnóstico esboçado: “Para Portugal foi mais fatal do que para nenhum outro país a Reforma, porque por causa della deixou de manter relações intimas com os povos das margens do Rheno. (...)”<sup>26</sup>.

Sendo fiel ao que o documento da Torre de Tombo descreve, Azevedo *deixa-o falar*, não se lhe substitui, mas começa o seu estudo por uma afirmação de teor interpretativo, com a qual pretende ajudar a compreender os episódios descritos. O cultor de *Clio* não trata de estratégias ou tácticas militares, nem se debruça sobre a arqueologia dos respectivos equipamentos. Todavia, reconhece a importância das ciências militares a montante do problema, dado que Aires Nogueira ascendeu pela sua origem social, e também porque esta lhe permitiu estudar e consolidar conhecimentos, postos em prática ao serviço da armada.

Em 1913, Pedro de Azevedo publicou um artigo que, do ponto de vista temático, é bem diferente, dado que se inscreve numa abordagem centrada numa instituição, uma

---

<sup>25</sup> CANAVEIRA Manuel Filipe (1995): *Revistas de História*, Arrábida, *Estudos Gerais Conferências do Convento*, Universidade de Verão, p. 11.

<sup>26</sup> AZEVEDO, Pedro de: “Explorações archivísticas”. Em: *Revista de História*, vol. 1, n.º2 (1912), p.101.

vez que introduz e publica o *Índice das Habilitações da Ordem de Malta*. A motivação que presidiu ao artigo de Azevedo é confirmada pelo próprio, e prende-se com o desejo de não deixar cair no esquecimento o trabalho de outro erudito que trabalhava na sua área, sem esquecer que, duas ou três décadas antes da época em que escreve, a *Ordem de Malta em Portugal* tentara uma restauração, obstaculizada pelo perfil dos seus membros, criticado pelo autor por ser anacrónico: “O Sr. Nogueira de Brito, escripturario do Archivo Nacional recentemente transferido para a Bibliotheca Nacional, e em comissão no Ministério do Interior, deu-se ao trabalho de fazer o Índice das habilitações para a Ordem de Malta pelos apelidos dos indivíduos admitidos (...).”<sup>27</sup>.

Estas observações demonstram que Pedro de Azevedo era um investigador e um cidadão atento ao presente e ao passado mais próximo, zeloso e actualizado no plano científico, discretamente opinativo no que toca à evolução do tecido social seu contemporâneo. Para melhor compreender o enquadramento do artigo de Pedro de Azevedo convém admitir que o seu esforço não é muito diferente daquele que, no entender de Fernanda Olival, vigorou até aos anos oitenta na Historiografia Portuguesa século XX, e nele se inclui ou inscreve: “(...) até meados dos anos 80 do século XX, a documentação das Ordens Militares era sobretudo conhecida por genealogistas, que encontravam nas Habilitações, um terreno fecundo (...)”<sup>28</sup>.

Note-se que apesar dessa herança, Pedro de Azevedo resistiu a uma Historiografia Militar lendária, elegíaca ou comemoracionista, fértil em instrumentalizações dos acontecimentos pretéritos, prenhes em mitificações que alimentassem a fantasia. O arquivista trabalhou ao arripio dela e dos seus cultores, cujas práticas são descritas por Fernanda Olival: “Esta situação é produto de uma herança muito complexa. (...)”<sup>29</sup>.

O artigo de Pedro de Azevedo prolonga, secundária, indirecta e timidamente, a *História dos Grandes Homens*, na qual a Historiografia Política patente no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo é pródiga, transplantando-a para a História Militar. No ano de 1916 começa a participação de Pedro de Tovar na *Revista de História*. O texto do articulista suscita reacções por parte dos seus pares, como Roma do Bocage ou Teixeira de Sampayo, todos devotados ao estudo do cartel de desafio do duque de

<sup>27</sup> AZEVEDO, Pedro de: “Índice das Habilitações da Ordem de Malta em Portugal”. Em: *Revista de História*, vol. 2, n.º 8 (1913), p. 228.

<sup>28</sup> OLIVAL, Fernanda (1997): “As ordens militares na historiografia portuguesa (séculos XVI-XVIII). Notas de balanço”. Em: *Revista Penélope, Fazer e desfazer a História*, vol. 17 ( 1997), p. 97

<sup>29</sup> *Ibidem.*, p. 98.

Bourbon aos Infantes D. Pedro, Duque de Coimbra, e D. Henrique, Duque de Viseu.

Pedro Tovar é o primeiro a publicar o seu artigo, no derradeiro trimestre de 1916<sup>30</sup>. Este estudo deriva da exploração e publicação parcial de documentos patentes no Arquivo de Londres relativos a Portugal. A prática historiográfica deste autor privilegia a publicação e transcrição de documentos, presididas por um intuito de divulgação de património. O cultor de Clio não se limita à transcrição de fontes. Tenta enquadrá-la e contextualizá-la, servindo-se para tal da enunciação de breve percurso da personalidade que lançara o desafio.

Por seu turno, o diplomata Carlos Roma du Bocage, num artigo publicado no primeiro trimestre de 1917, intitulado *O Cartel de Desafio do Duque de Bourbon aos Infantes D. Pedro e D. Henrique*, responde, de forma rápida, imediata e sem transições, a Pedro de Tovar e começa por contestar a autenticidade dos dois documentos que este apresentara, sustentando que são cópias e que nelas se desenvolve uma argumentação falaciosa sistematicamente apresentada: “Façamos muito summariamente a resenha do que d’essas cartas se deduz: 1 – Que João, Duque de Bourbon, para sahir da ociosidade, mandára a D. Pedro e D. Henrique, antes mesmo que elles tivessem terçado as primeiras armas, e ainda antes de serem aramados cavalleiros, um cartel de desafio, 2 – Que o emissario do Duque, gastando mais de dez mezes no caminho, só lograra alcançar os Infantes em Junho ou Julho de 1415, na própria ocasião em que elles iam partir para Ceuta com o seu pae; 3 – Que os infantes declinaram temporariamente o convite, por carta que mandaram ao Duque (...) carta esta que o senhor Pedro de Tovar parece não ter encontrado, e de que só temos conhecimento pelo segundo documento publicado; 4 – Que um outro arauto do mesmo Duque, por nome Dumayne, ficára em Portugal e acompanhára os Infantes na jornada de Ceuta, circunstancia esta que o teria habilitado para contar ao Duque tudo quanto em Africa se passára; 5 – Que os Infantes escreveram ao Duque de Bourbon, pelo arauto Dumayne, uma segunda carta (o segundo documento publicado) datada de Ceuta em 23 de Outubro de 1415, na qual diziam ter tomado aquella cidade (...) tornando por isso a declarar que não podiam acceitar o honroso convite do Duque (...) 6 – que, estando ambos ainda em Ceuta, D. Pedro V já era duque de Coimbra e os Infante D. Henrique duque de Viseu, e senhor de Covilhã, visto que a si próprios como taes se designam”<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> TOVAR, Pedro de: “Um Cartel de Desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique em 1415”. Em *Revista de História*, Vol. 5, n.º 20 (1916). Cfr. MOREIRA, Nuno op.cit. pp. 496-498.

<sup>31</sup> BOCAGE, Carlos Roma du: “O cartel de desafio do duque de Bourbon aos Infantes D. Pedro e D. Henrique”. Em: *Revista de História*, vol. 6, n.º 21 (1917), pp. 47-48.

Roma do Bocage distancia-se da procura e descrição puras e simples de documentos inéditos. Utiliza e cruza, para tal, fontes de naturezas variadas – como os documentos de Chancelarias reunidos por Pedro de Azevedo, ou a *Crónica da Conquista de Ceuta, de Zurara* -, ao contrário do que fizera Pedro de Tovar. Naquele cultor de Clio, a feição de diplomata interfere claramente no registo dos acontecimentos, que não é evadido de secura ou aridez. O autor tenta perceber as implicações políticas de um evento militar como o Desafio do Duque de Bourbon. Na linha de Pedro de Azevedo, alvo aliás de citação, Bocage procura a verdade nos documentos, através da desmistificação de discursos inverosímeis, assentes em provas tidas por falsas: “Fica posto um problema de historia que muito importa esclarecer porque a sua resolução de certo dará mais prova do alto conceito em que eram tidos na Europa os filhos de D. João I; de certo que o Sr. Pedro de Tovar conseguirá resolvê-lo e nos saberá explicar o mysterio que envolve os interessantes documentos falsos, a que tão oportunamente deu publicidade, descobrindo quando, para quê, por quem seriam elles inventados”<sup>32</sup>. Todavia, o desentendimento entre eruditos não se quedou pelo exposto. Tinha margem para durar, dado o melindre científico de certas questões.

Entretanto, a 19 de Março de 1918, Carlos Roma do Bocage faleceu. Todavia, este acontecimento não significou o encerramento do assunto relativo aos *desafios*. Nas páginas da *Revista de História*, este foi retomado por um terceiro erudito, Luís Teixeira de Sampayo, que viu nele interesse e resolveu concretizar uma abordagem sobre o desafio do Duque de Bourbon. Veremos o sentido da sua intervenção, publicada no segundo trimestre do ano citado, logo após a morte de Bocage. Aliás, aquele cultor de Clio dá disso conta numa nota na qual presta tributo ao malogrado intelectual: “Este artigo foi entregue para publicação antes do falecimento do Sr. Carlos Bocage. Por um escrúpulo de respeito e amizade do autor para com a memória do falecido, o artigo, que refuta algumas opiniões do illustre escriptor, não viria a lume se o Sr. Bocage o não tivesse ouvido ler e não tivesse assegurado ao autor que tinha prazer na publicação (...)”<sup>33</sup>.

Teixeira de Sampayo demonstra ser conhecedor, desde as primeiras linhas do seu texto, de toda a polémica anterior. Este cultor de Clio nascera em 1875 e tinha uma idade intermédia face a Bocage e Tovar, ainda que fosse geracionalmente mais próximo

---

<sup>32</sup>Ibidem, p. 61.

<sup>33</sup> SAMPAYO, Luís Teixeira de: “Os desafios do Duque João de Bourbon”. Em: *Revista de História*, vol. 7, n.º 26, (1918), p. 97.

deste. O desvelo e o cuidado colocados na defesa do seu ponto de vista revelam qualidades diplomáticas comuns aos três estudiosos dos desafios de Juan de Bourbon. Daí a justificada anamnese promovida pelo terceiro interveniente na polémica: “Seria intrusão querer um lugar na teia unicamente para tomar partido de um ou de outro dos contendores (...).”<sup>34</sup>.

No último volume da *Revista de História* foi publicado um artigo intitulado *Quixotesco Cartel de Desafio Fechado en le Toboso, ano de 1641*, da autoria do folclorista espanhol Francisco Rodriguez Marín que, embora não coloque problemas de autenticidade documental, ligados a práticas historiográficas do foro filológico, se debruça sobre uma temática militar, pelo menos ao nível do assunto, conforme fica patente desde o título do seu trabalho.

A Historiografia de cariz militar praticada na *Revista de História* foi dominada pela presença maioritária de temáticas de guerra, em detrimento das que versam os exércitos ou a arqueologia militar. A ausência da vertente técnico-estratégica das batalhas é notória.

A História de uma instituição apenas comparece numa ocasião, e, ainda assim, centrada no apuramento de um instrumento heurístico. Trata-se do *Índice das habilitações da Ordem de Malta*, realizado por Nogueira de Brito e publicado por Pedro de Azevedo, que é o estudioso que colabora de forma mais prolífica no periódico, oscilando entre a publicação de documentos e a crítica erudita. Todavia, a Historiografia Militar praticada na *Revista de História* dedica-se, quase em exclusivo, a assuntos com implicações nacionais e convoca escassos autores estrangeiros. Apenas surge um espanhol nas páginas da publicação, Rodriguez Marin, que, sendo especialista em questões de literatura, as coteja com as militares e não subjuga aquelas a estas. Esta reduzida internacionalização implica diminuta abertura a abordagens cosmopolitas, mimetizando o que acontece no domínio da Historiografia Política patente na publicação. No próximo andamento, analisamos um trabalho do director da *Revista de História*, Fidelino de Figueiredo, intitulado *O Pensamento político do Exército*<sup>35</sup>, dado à estampa fora do periódico.

---

<sup>34</sup> Ibidem, p.97.

<sup>35</sup> FIGUEIREDO, Fidelino de (1926): *O Pensamento político do exército*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense.

#### 4. O TESTEMUNHO PESSOAL DE FIDELINO DE FIGUEIREDO: PROPOSTA DE UMA VISÃO NACIONALISTA DA POLÍTICA AO EXÉRCITO<sup>36</sup>

Fidelino de Sousa Figueiredo nasceu em Lisboa a 20 de Julho de 1888 e morreu na mesma cidade a 20 de Março de 1967. Era filho de um oficial do exército, Joaquim de Sousa Figueiredo e de Rosa Augusta Coelho da Fonseca. Estudou no antigo Liceu Central, no largo do Carmo, onde terminou o ensino liceal, enveredando, em seguida, pelo ensino superior<sup>37</sup>. Paralelamente, começou a alimentar uma outra vertente, à qual o seu espírito se afeiçoara, escrevendo ficção desde 1905 sob um pseudónimo, *Delfinio*. Escreveu textos como: *O Orfão* (1905), *Adélia a boeirinha*, *A enjeitada*, *O Canário*, *Marianita*, *Os Amores do Visconde* (1906), *Sonatas* (1907), *Os Humildes* (1908)<sup>38</sup>.

Em 1910, Fidelino de Figueiredo concluiu a licenciatura em ciências histórico-geográficas no Curso Superior de Letras, onde apresentou, como tese de licenciatura um estudo intitulado *Educação da Abstracção*. Anteriormente, em 1906 esboçou e coligiu *Notas Elucidativas* aos poemas *Camões e Retrato de Venus* de Almeida Garrett. No ano seguinte, deu continuidade à sua aatividade de compilador do património literário português e deu à estampa, *Os Melhores Sonetos da Língua Portuguesa*, seguindo-se o estudo intitulado *Arte Moderna*, no qual Fidelino de Figueiredo critica a arte pela arte, defendendo uma ligação desta à vida e ao devir humano. Ainda não tinha concluído o seu curso quando, a 27 de Março de 1909, proferiu uma conferência intitulada *Antero de Quental, a sua filosofia, a sua arte* na Sociedade de Geografia de Lisboa, onde funcionava a Liga Nacional de Educação. No ano seguinte debruçou-se, no mesmo local, sobre *Herculano, crítico, poeta e romancista*. Fidelino de Figueiredo manifestou curiosidade e interesse pelos dois nomes pioneiros do Romantismo literário e Histórico português, respectivamente Garrett e Herculano. Ainda em 1910, Fidelino de Figueiredo publicou a *História da Crítica Literária*.

A partir de 1910, preocupado coma alegada desconsideração da História Nacional por parte da esquerda que governou a pós o 5 de Outubro, Fidelino de Figueiredo envolveu-se na criação da *Sociedade Nacional de História*. A *Revista de História* nasceu em 1912 e foi desde logo dirigida pela personalidade citada, secretário de

---

<sup>36</sup> Nesta parte do trabalho, a análise da obra *O pensamento político do exercito* foi realizada especificamente para este artigo.

<sup>37</sup> Cfr. AMORA, António Soares (1987): *O Essencial sobre Fidelino de Figueiredo*. Lisboa.

<sup>38</sup> Ibidem. Toda a parte biográfica relativa Fidelino de Figueiredo constitui uma reprodução da nossa tese de Doutoramento. Cfr. MOREIRA, Nuno, op.cit. pp. 213-17

redacção da instituição fundadora. No periódico deu à estampa *A Crítica Literária como Ciência*, trabalho de natureza teórica, com influências de Bourget, Bergson, Benedetto Croce. Fora da publicação tiveram acolhimento editorial a *História da Literatura Romântica* (1913), *História da Literatura Realista* (1914) e a *História da Literatura Clássica* (1917-1924). Em 1915, Fidelino de Figueiredo tornou-se Sócio efectivo da Academia de Ciências de Lisboa. Ocupou o cargo de Chefe de Gabinete do ministro Alfredo de Magalhães durante o Governo de Sidónio Pais, entre Dezembro de 1917 e Dezembro de 1918. Entre Julho de 1918 e Fevereiro de 1919, o director da *Revista de História* foi eleito deputado por Silves. Ao mesmo tipo, tinha sido nomeado, ainda durante o sidonismo, Director da Biblioteca Nacional, demitindo-se depois da morte do Presidente Rei. Sobre esta experiência, Fidelino de Figueiredo escreveu um livro intitulado *Como dirigi a Biblioteca* a relatar esta experiência<sup>39</sup>.

No órgão de informação e comunicação da Sociedade Nacional de História / Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, o estudioso colocou em prática um perfil dependente do facto de ter sido educado no século XIX, adquirindo projecção até meados do século seguinte, recolhendo e assimilando referências das épocas atravessadas e vividas. O seu pensamento abarca, sincreticamente, o conservadorismo político, a vontade de certificação científica e de internacionalização da *Revista de História*. Nela, defendeu, em 1912, a *Crítica Literária Como Ciência*, tentando ultrapassar os contributos de Brunetière, em detrimento das inovações trazidas por Lanson, que substituiu o *organicismo* do seu compatriota pela consideração específica do texto literário. Fidelino de Figueiredo tentou seguir esta lição lansoniana mas, em nosso entender, a sua prática historiográfica conciliou-a com uma herança romântica, interpretada de modo heterodoxo, ao arrepio do *biografismo puro*.

Nos textos escritos por Fidelino de Figueiredo para a secção de artigos do periódico por si dirigido avulta uma atitude comum a outros colaboradores, focada na tentativa de ultrapassar e colocar de parte os métodos aplicados por Teófilo Braga à História da Literatura, concretizando uma *Crítica da Razão Positivista*<sup>40</sup>.

Por outro lado, raramente Fidelino de Figueiredo procurou apresentar-se, na *Revista de História*, como historiador *tout court*. Era um homem preocupado com a actualização bibliográfica e a construção de bibliografias, e também fazia diplomacia

<sup>39</sup> Cfr. CORREIA, Hélder Bento (2002): *Fidelino de Figueiredo na cultura histórica e política do seu tempo: 1889-1927*, Lisboa, Faculdade de Letras. [Dissertação de Mestrado em História].

<sup>40</sup> Cfr. MARTINS, José Cândido (2002): *Fidelino de Figueiredo e a Crítica da Razão Positivista*, Lisboa, Instituto Piaget.

cultural nas secções de *Factos e Notas* e de *Bibliografia*, tal como na de Artigos, onde promoveu as ligações culturais entre Portugal e a Suécia ou os Estados Unidos da América. No periódico em análise, o seu director conjugou a compilação de documentos e averiguação de factos positivos com um estilo simples, mas, literário e uma atitude filosófica tendente a afirmar o espírito histórico-literário nacional<sup>41</sup>.

Em 1925, Fidelino de Figueiredo publicou *Sob a cinza do tédio Romance de uma Consciência*. Trata-se de uma obra que o próprio classifica como *literatura de testemunho*, na qual acompanha e relata a morte de um grande amigo, Luiz Cotter. Do nosso ponto de vista, estamos perante um trabalho autobiográfico, no qual Fidelino de Figueiredo ficciona uma personalidade histórica, que não será mais do que o seu alter-ego. No segundo capítulo de *Sob a Cinza do Tédio*, o autor elogia a correcção, a elegância lexical evidenciadas pelo estilo *grave e equilibrado* de Luís Cotter, avesso redundâncias, hipérboles e formalismos estéreis. Esta atitude é comum à maioria de estudos publicados na *Revista de História*, escritos por outros colaboradores, podendo aplicar-se a esses trabalhos a análise sobre a prática historiográfica cara a Luís Cotter: “A História estudava sucessões e não repetições (...)”<sup>42</sup>.

No terceiro capítulo de *Sob a Cinza do Tédio*, o autor justifica a identidade entre as suas ideais e as de Luís Cotter com o facto de serem amigos de infância e conhecerem-se muito bem, admirando-se mutuamente. Por outro lado, ambos eram defensores de uma relação positiva entre Espanha e Portugal<sup>43</sup>.

Nos três capítulos seguintes, o autor faz com que a sensação de que fala dele próprio cresça e se desenvolva, avolumando-se e confirmando-se esta hipótese, dado que as similitudes com o universo patente na *Revista de História* se tornam evidentes e, julgamos, insofismáveis. No periódico, os Descobrimientos, essencialmente na sua vertente científica, constituem uma das temáticas de eleição, sobretudo porque através deles uma elite pouco numerosa (mas heteróclita, da qual faziam parte comerciantes, nobres, missionários) expandiu-se pelo mundo<sup>44</sup>.

Do sétimo ao nono capítulo de *Sob a Cinza do Tédio*, Fidelino de Figueiredo apresenta Luís Cotter como um kantiano e elogia o pensador alemão por ter indagado os

---

<sup>41</sup> Cfr. CARNEIRO, Mário (2004): *O Pensamento Filosófico de Fidelino de Figueiredo*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda. Neste estudo, o seu autor aborda, em termos genéricos, a conciliação fideliniana da História com a Literatura e a Filosofia

<sup>42</sup> FIGUEIREDO, Fidelino de (1925): *Sob a Cinza do Tédio (Romance duma consciência)*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, pp. 28-29. A parte do estudo relativa a esta obra reproduz uma parte da nossa dissertação doutoral. Cfr. MOREIRA, Nuno, op.cit. pp.217-2220.

<sup>43</sup> Ibidem, pp. 37-50.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 51-87

limites da razão teórica e da ciência, mas também a respectiva necessidade, construindo conceitos de tempo, espaço e causalidade como independentes, em primeira instância, face aos sentidos, e ligados aos *Juízos Sintéticos a priori*<sup>45</sup>. Convém ainda realçar que o biografado foi membro da Academia de Ciências de Lisboa. Todavia, não participava nas respectivas reuniões por não se rever na respectiva mentalidade, alegadamente *fechada sobre si mesma*.

Em 1926, Fidelino de Figueiredo publicou o opúsculo *O pensamento político do exercito*, trabalho dado à estampa na Empresa Literária Fluminense, responsável por uma parte da publicação da *Revista de História*, no exterior da qual saiu o texto em vertente análise, portador de uma natureza eminentemente testemunhal, constituindo uma observação participante sobre os acontecimentos da história militar, deles fazendo parte, sem distanciamento crítico suficiente, embora este seja pretendido pelo autor no prefácio: “Palavras claras e leaes, dictadas pelo coração e norteadas por um espirito critico, que não moderou nunca o sentimento nacional, são as deste ensaio de interpretação do pensamento político do exercito (...).”<sup>46</sup>.

Tal como acontece em *Sob as cinzas do tédio*, assiste-se à consideração de duas coordenadas, indispensáveis ao trabalho do estudioso: a inteligência e o sentimento. No texto de 1925, Fidelino de Figueiredo fizera apelo à conjugação harmoniosa de ambas.

No prefácio a *O pensamento político do Exercito*, o autor aproveita para criticar aquilo que considera um certo fechamento do exército à sociedade civil, colocando em causa um alegado enquistamento em torno da hierarquia militar. Por outro lado, sente-se à vontade para expor a sua noção de intelectual e a auto-representação que dela faz, não aplicando esse epíteto a si próprio, preferindo denominar-se *homem de letras*: “Mas, qualquer que seja o desenrolar dos sucessos da politica portuguesa, eu não quero d’elles nem a responsabilidade do silencio. (...)”<sup>47</sup>.

Fidelino de Figueiredo não considera a intervenção cívica uma *traição dos intelectuais*, bem pelo contrário. Pratica-essa participação conscientemente, mas exime-se a considerar-se intelectual, eventualmente pela carga ideológica e pela extensão do empenhamento social inerentes ao emprego do termo e à concretização da realidade que lhe corresponde, próprios dos *Dreyfusards* e seus seguidores.

---

<sup>45</sup> Ibidem, pp. 89-128

<sup>46</sup> FIGUEIREDO, Fidelino de (1926): *O pensamento político do exército*, p.5. Para uma leitura efectivamente historiográfica da Ditadura Militar em toda a sua complexidade, Cfr. CHORÃO, Luís Bigotte, (2010): Lisboa, Sextante.

<sup>47</sup> Ibidem, p.6.

Num momento quase final do opúsculo em análise, o autor aplica sem subterfúgios o vocábulo intelectuais, ainda que dele não se aproprie, e defende uma noção e prática libertas de um sentido exclusivamente ligado a uma actividade literária: “A penna não vale só pelo corrimento verboso, que produza; tem de ser uma ferramenta de utilidade, ao serviço do grande pensamento nacional. E intelectuais – declara-o um homem de letras profissional – não são só os ourives da língua, são-no quantos trabalham com fé e intensidade (...)”<sup>48</sup>.

*O Pensamento político do exercito* divide-se em cinco capítulos, nos quais se patenteia um conservadorismo que estivera presente a nível cultural na *Revista de História* e que adquire uma expressão política no opúsculo em análise, que alinha por um raciocínio em nosso entender dedutivo e incentivador de uma polémica, dado que Fidelino de Figueiredo principia por um enquadramento histórico, seguido por dois andamentos críticos face aos partidos políticos e ao Parlamentarismo, terminando com dois capítulos nos quais propõe soluções pragmáticas para a crise identificada. O autor abandona o registo dos factos em nome de uma leitura da situação em chave dicotómica: “São essas duas correntes, que o paiz vê paradoxalmente ligadas, a quererem viver uma vida impossível: o interesse partidário e o sofisma constitucional de um lado; um forte sentimento nacionalista, expressado pelo exercito. (...)”<sup>49</sup>.

O cultor de *Clio* recorre ao apelo à congregação de vontades e à arregimentação no interior do antagonismo, consubstanciando uma exortação à mobilização do exército. O tom utilizado por Fidelino de Figueiredo oscila entre o de um julgamento em tribunal e a tomada da palavra num comício: “E como o paiz se não conforma com a demagogia dehonesta, prepotente e ignara, e como também ella não foi em tempo nenhum regímen estavel, recommearão as tentativas revolucionarias anti-democraticas, sempre mais difíceis porque como taes precedentes só augmentará o scepticismo e só se relaxará a própria capacidade do organismo doente para resistir ao mal (...)”<sup>50</sup>.

No segundo capítulo, o autor traça *o mapa politico português*, responsabilizando as dissensões e as instabilidades decorrentes do funcionamento alegadamente deficitário do sistema partidário durante a Primeira República, deixando implícito que a Ditadura Militar constitui uma ruptura necessária, mas deriva, parcialmente, da falência do

---

<sup>48</sup> Ibidem, p.44.

<sup>49</sup> Ibidem, pp.12-13.

<sup>50</sup> Ibidem, p.13.

<sup>50</sup> Ibidem, p.17

regime anterior. Este quadro revela as opções pessoais do ensaísta, em detrimento de uma análise histórico-historiográfica menos afectada por paixões: “Historicamente, o partido democrático provem da antiga massa republicana, vagamente partido; (...). Dessa partido separaram-se em 1911 ou 1912 duas facções, que se chamaram *evolucionista*, chefiada por António José de Almeida, e *unionista* por Brito Camacho (...)”<sup>51</sup>.

Fica bem patente o Sidonismo do autor, afirmado noutras ocasiões, inclusive, de modo discreto, na *Revista de História*. Fidelino de Figueiredo particulariza as divisões no interior dos partidos, à direita e à esquerda, ao longo da Primeira República. Também evidenciou divergências entre os católicos e no seio dos monárquicos. De entre estes destaca os integralistas, demonstrando apreço pelas alegadas coerência e consistência doutrinária destes últimos, criticando a respectiva propensão para a violência e alguns excessos: “Que a oportunidade do integralismo era plena e que António Sardinha foi penetrantemente perspicaz na interpretação do seu tempo mostram-no a profundidade e a segurança da sua influência. (...)”<sup>52</sup>.

O segundo capítulo de *O pensamento político do exercito* termina com o repúdio dos egoísmos da burguesia, que o sistema parlamentar não só não terá resolvido, contribuindo para agudizá-los. O parágrafo final contém alegadas soluções para o problema apresentado, tentando influir no curso dos acontecimentos: “Governar hoje tem de ser em larga medida unificar idealmente, subordinar ao sentimento nacional, aos interesses da patria todos os particularismos e separatismos, todas a veleidades de autonomia fraccionadora. (...)”<sup>53</sup>.

No quarto *andamento* do opúsculo em análise, Fidelino de Figueiredo defende uma solução nacionalista, diferenciando três possibilidades nesse conspecto: o nacionalismo português, ainda apenas em fase de promessa; o espanhol, separatista no que concerne à Catalunha (cujo reverso é reivindicação de incorporação da Alsácia e da Lorena pela França); e o nacionalismo imperialista e restauracionista alemão.

No capítulo final, o autor confirma a admiração por ditaduras nacionalistas existentes na Europa: “A dictadura nacionalista salvou a Italia pelo genio de Mussolini, a Allemanha com a energia firme de Van Seeckt, e Hespanha como Primo de Rivera (...)”. Esta enumeração pretende legitimar uma experiência análoga em Portugal, cuja

---

<sup>52</sup> Ibidem, p.25.

<sup>53</sup> Ibidem, p.27.

necessidade é defendida, convocando Fidelino de Figueiredo o apoio do exército para concretizar tal desiderato: “Para fazer esse trabalho é que é já indispensavel que os chefes do exercito juntem à sua coragem militar a coragem cívica de desfazer equívocos mortíferos, de desassombradamente proclamarem a dictadura e a exercerem com firmeza.”<sup>54</sup>.

O texto de Fidelino de Figueiredo termina subordinado à novidade dos acontecimentos que o ultrapassam, confirmando contida aprovação pelo quadro político que se desenha e que foi preparado por um testemunho pessoal, situado entre a propaganda ideológica e a intervenção na formação de uma opinião pública avessa a massificações incontrolláveis: “Estava em provas este opusculo, quando os factos vieram confirmar algumas afirmações delle: o programa apresentado em Conselho de Ministros pelo Sr. General Gomes da Costa, sobre bases presidencialistas e integralistas; e o que chamarei “golpe de Estado complementar”, de 17 de Junho de 1926, No meio das miserias politicas, merece registo a retirada do comandante Cabeçadas, sem uma palavra de azedume (...)”<sup>55</sup>.

## 5. CONCLUSÕES

A concluir, importa ter presente que apenas identificámos alguns exemplos do modo de praticar a historiografia militar durante pouco mais de um quartel, situado entre os anos finais do século XIX, que precederam a República, e 1926, precisamente no decurso dos momentos subsequentes à Instauração da Ditadura Militar. Os casos escolhidos não são tratados como paradigmáticos ou maioritários face à época da qual são contemporâneos. Para que tal pudesse acontecer, seria necessário um estudo mais alargado, em extensão e profundidade.

Ainda assim, a predominância de uma historiografia militar tradicional parece defensável, constituindo um traço comum a extrair desta pesquisa. Tal situação não impede a constatação de diferenças entre os estudos focados, sem esquecer que cada cultor de *Clio* não se expressa sempre do mesmo modo, ou de forma única e estanque. Bem pelo contrário. Cristóvão Ayres evidenciou, no plano ideológico, um idealismo efectivo, mas escassamente sistemático ou sistematizado, portador de diversas cambiantes, situando-se entre o amor à terra, a defesa romântica do património e a

---

<sup>54</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>55</sup> Ibidem, p.50.

simpatia pelo *ideal de cavalaria*. Do ponto de vista metodológico, a *História do Exército* demonstra um respeito pelos documentos, na procura incessante de uma objectividade científica, herdeira de Ranke.

Cristóvão Ayres, nos seus diversos trabalhos, não se limitou a aliar a história militar à História política, nem se centrou apenas, ou maioritariamente, em questões relacionadas com a guerra, enveredando pela história institucional e aprofundando especificidades de matérias de natureza militar.

Esse aprofundamento notou-se menos na *Revista de História*, onde o apelo ideológico e metodológico à tradição são mais permanentes. Por seu turno, o esforço intelectual de Fidelino de Figueiredo é mais testemunhal do que historiográfico, instrumentalizando o exército em nome de questões políticas, defendendo a necessidade da Ditadura Militar.

Os casos estudados revelam a importância de Cristóvão Ayres e o perigo que constitui o alinhamento, na actualidade, por uma visão historiográfica assente em teleologias e escatologias, impermeável a avanços, recuos, reticências, diferenças e similitudes, patenteados pelo autor citado, pela *Revista de História* e por Fidelino de Figueiredo.